



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640099 - SC (2021/0012969-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOAO PAULO TEIXEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO PAULO TEIXEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5043642-94.2020.8.24.0000).

Consta dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 180, *caput*, e 311, *caput*, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta haver excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o paciente se encontra preso desde 26 de agosto de 2020, sem que a audiência de instrução tenha sido realizada.

Afirma, outrossim, a ocorrência de violação ao princípio da proporcionalidade, ao argumento de que "caso venha a ser condenado, o paciente terá a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos" (e-STJ fl. 8).

Requer, liminarmente, que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 203-204):

[...]

Em que pese a argumentação tecida pela impetrante, razão não lhe assiste.

Por não se confundir com a exatidão e a insensibilidade inerentes ao cômputo matemático, possível excesso de tempo para a formação da culpa deve ser aferido além da mera adição dos atos processuais relativos ao procedimento adotado, sendo necessária a morosidade do órgão acusatório ou do Poder Judiciário para a detecção da aventada demasia.

Na hipótese vertente, não obstante a constatação de que o paciente está segregado há pouco mais que

quatro meses (preso em 26-8-2020, nos termos do auto de prisão em flagrante n. 203.20.00048 de fls. 5 do evento 1.1 do processo n. 5008671-52.2020.8.24.0075), verifica-se que desde então não houve dilação exacerbada da condução do processo, mas, ao contrário, preservação, por parte dos agentes processuais, da celeridade própria de feito. Da ação penal n. 5009272-58.2020.8.24.0075, cujas cópias, em parte, seguem na presente impetração, extrai-se que em apenas um mês após o oferecimento da denúncia já havia sido esta recebida e o demandado citado pessoalmente (?s. 3-5, 9- 10 e 18 o evento 1.2). Aguardou-se o prazo de dez dias para a apresentação da resposta à acusação e, assim que decorrido in albis, foram os autos imediatamente encaminhados para a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, que protocolou a peça em questão no tempo esperado (fls. 20 e 23-25 do evento 1.2).

Esta defesa foi analisada seis dias depois, oportunidade em que a Togada singular lembrou das dificuldades para ajustar as pautas de audiência no Poder Judiciário em razão da pandemia da COVID-19 e registrou “[...] que a audiência de instrução e julgamento será aprazada em momento oportuno, haja vista que, em razão da pandemia causada pelo novo Coronavírus, os atos presenciais serão retomados de forma gradativa” (sic, fls. 28 do evento 1.2).

Entretanto, transcorrido somente um mês se pronunciou novamente no processo já designando a solenidade esperada para a instrução processual (evento 30 da ação penal). Nesse período, ademais, revisou a prisão preventiva, em conformidade com o art. 316, parágrafo único, do Código Penal, demonstrando que, por certo, a situação do acusado não caiu no esquecimento, conforme teme (fls. 37 do evento 1.2).

Entende-se também a preocupação de que a audiência tenha sido designada somente para a data de 10-2-2021.

Todavia, consoante bem pontuado pela douta Procuradoria-Geral de Justiça, “[...] a data do ato se justifica pela proximidade do recesso forense” (sic, fls. 2 do evento 15).

Não há, por conseguinte, qualquer mácula apta a configurar ilegalidade na constrição à liberdade do agente.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência